

Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP.

Suélen Cristina de Miranda¹

Mário Jorge da Silveira Junqueira²

Resumo: Vivemos atualmente a *era das migrações*, devido ao aprofundamento da diversidade e da complexidade dos movimentos migratórios e o consequente aumento da relevância atribuída ao tema. No caso do Brasil, a imigração haitiana tem se destacado como a maior onda imigratória dos últimos cem anos, de modo que os impactos sociais e políticos gerados pelo mencionado fluxo, bem como sua contemporaneidade, justificam sua importância. Este artigo tem por objetivo compreender o caso de Cajamar, um município pertencente a sub-região norte da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, que tem se posicionado como receptora de um número considerável de haitianos, partindo de uma recapitulação histórica do Haiti enquanto país de emigração e do estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil, para que a partir dos aspectos macro seja possível compreender os aspectos micro da questão. Por fim, reflete-se sobre a importância das redes sociais no fortalecimento de uma identidade coletiva positiva, que possibilite o enfrentamento dos preconceitos e discriminações vivenciadas a partir de um reconhecimento estereotipado do imigrante enquanto “invasor indesejado”.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Haiti; Brasil; Redes Sociais; Identidade.

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: suca_miranda@hotmail.com.

² Doutorando e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Presidente do IQS – Instituto da Qualidade e Sustentabilidade da Região Metropolitana de São Paulo e do ISESP – Instituto de Serviços Educacionais do Estado de São Paulo e sócio-diretor da Adhapta Assessoria em Recursos Humanos Ltda. E-mail: mj@isesp.com.br.

Abstract: We have been currently living the *Era of Migrations*, due to the deepening of diversity and the complexity of the migratory movements and the consequent rise of the theme's relevance. In Brazil, Haitian immigration has been referred to as the biggest migratory wave in the past hundred years in such a way that the social and political impacts derived from that flow, as well as its contemporaneity, justify its importance. This article aims at understanding the Cajamar case, a city that belongs to the north suburbia region of São Paulo, locally known as RMSP - Região Metropolitana de São Paulo, which stands as the host of a considerable number of Haitians, and considers a historical review of Haiti as a country of emigration and the establishment of the migratory flow to Brazil, so that it is possible to comprehend, from these macro aspects, the micro aspects of the issue. To conclude, this article aims at thinking over the importance of social networks in the strengthening of a positive collective identity that allows the migrants to face the prejudice and discrimination experimented from a stereotyped recognition of the migrant as an “unwelcome invader”.

Keywords: International Migration; Haiti; Brazil; Social Networks; Identity.

Introdução

A mobilidade humana sempre esteve presente na história da humanidade, desde o deslocamento nômade em busca de sobrevivência até as complexas migrações internacionais atuais. Segundo o dicionário online Michaelis (2009), migrar refere-se ao ato de passar de uma região para outra, embora Sayad (1998) destaque que a migração é muito mais que um deslocamento físico, envolvendo também deslocamentos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Seguindo o mesmo raciocínio, diversos autores assinalam que vivemos na *era das migrações*, seja pelo aprofundamento da diversidade e da complexidade dos movimentos migratórios nas últimas décadas, seja pelo conseqüente aumento da presença e da relevância atribuída ao tema nas discussões de governantes, estudiosos e sociedade civil em geral (CAVALCANTI, 2015). Além da intensificação quantitativa dos fluxos migratórios internacionais – passando de 75 milhões de migrantes em 1965 para 232 milhões em 2013 (IOM, 2000, 2015), as migrações tornaram-se também mais intensas quanto aos lugares e direções envolvidas, mais complexas quanto às suas causas e mais diversificadas, envolvendo atualmente homens, mulheres, intelectuais, trabalhadores temporários, crianças, entre muitos outros atores (ZAMBERLAM, 2004).

Assim sendo, Menezes (2012) sugere uma revisão dos paradigmas utilizados nos estudos migratórios, propondo uma abordagem conciliatória entre as perspectivas micro e macroestruturais, de modo a tornar interdependentes todas as determinantes do processo e considerando a percepção singular do migrante em relação às determinações históricas, sociais e culturais envolvidas tanto no país de origem quanto no lugar de destino.

Castro (2001) corrobora com tal abordagem ao criticar a naturalização do termo migrante ou estrangeiro, uma vez que a experiência singular de cada povo ou indivíduo será atravessada por outras estruturas sociais tais como as referências de classe, gênero, raça/etnicidade e a própria nacionalidade, de modo que a vivência de um migrante homem branco considerado qualificado socialmente e economicamente jamais será a mesma de uma migrante mulher negra pobre, sobretudo no que tange à discriminação e ao preconceito.

Tais considerações mostram-se extremamente relevantes na compreensão da imigração haitiana para o Brasil, caracterizada como a maior onda imigratória dos últimos cem anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012). Os impactos sociais e políticos gerados pelo mencionado fluxo, bem como sua contemporaneidade, justificam a relevância atribuída ao

tema, além da necessidade de compreender a experiência desses migrantes “que, muitas vezes, é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimentos de indignação, humilhação, sofrimento, dor, mas também, de muita coragem, sonhos, desejos” (MENEZES, 2012: 38).

Para tanto, e a partir dos referenciais acima expostos, este estudo tem por objetivo compreender o caso de Cajamar, um município pertencente a sub-região norte da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, que tem se posicionado como receptora de um número considerável de haitianos. Partindo da compreensão do fenômeno migratório “em sua dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual” (SAYAD, 1998: 13), será feita uma recapitulação histórica do Haiti enquanto país de emigração e do estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil, para que a partir dos aspectos macro seja possível compreender os aspectos micro da questão.

Um país de emigrantes: breve retrospecto histórico do Haiti

O Haiti está localizado na região do Caribe, a leste de Cuba e a oeste da ilha de São Domingos ou Hispaniola, espaço que divide com a República Dominicana. Com capital em Porto Príncipe, conta com uma população de 10 milhões de habitantes, dos quais 95% são negros. Os idiomas oficiais são o francês e o crioulo, enquanto as religiões dividem-se em católicos e protestantes, ainda que metade da população pratique o vodu (EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI, 2013). Distinto por um passado glorioso – foi a colônia mais próspera do mundo, o segundo país das Américas a declarar independência e a primeira república negra a se estabelecer –, atualmente o Haiti é considerado o país mais pobre da América.

Para entender a conversão desse quadro é preciso retornar ao começo da história quando, em 1492, a ilha foi colonizada pela Espanha, mas logo teve sua região oeste (atual Haiti) abandonada, atraindo a colonização francesa, que a transformou na mais rica colônia das Índias Ocidentais, fazendo-a conhecida como “A pérola das Antilhas”. Para tanto, o crescimento do tráfico de escravos foi vertiginoso e à época da Revolução Francesa a população de Saint-Domingue girava em torno de 500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos, levando a uma composição social extremamente engenhosa e determinada por considerações econômicas e, sobretudo, raciais. Diante desse cenário, teve início uma insurreição negra, que derrotou numerosos exércitos a fim de proclamar, em 1º de janeiro de 1804, a independência do país (SCARAMAL, 2006).

A instauração de uma República independente por ex-excravos se tornou uma ameaça aos países colonialistas e escravagistas da época, que reagiram estabelecendo um cordão de isolamento que impedia o Haiti de manter contatos internacionais. Além disso, a ex-metrópole só reconheceu juridicamente a independência haitiana em 1826, quando exigiu uma compensação financeira equivalente a US\$ 21 bilhões atuais, iniciando um ciclo de dependência que perdura até hoje (SEITENFUS, 2014).

Ao mesmo tempo, a história do Haiti enquanto país independente foi marcada por sucessivos e instáveis governos; pelas interferências externas – seja pela invasão do Estados Unidos de 1915 a 1934 ou pelas sucessivas missões das Nações Unidas ao país, que totalizarão sete até os dias atuais; e pela emigração como estratégia de sobrevivência, cujo princípio se deu já no início do século XX (CHAVES JR, 2008; SCARAMAL, 2006). Tais características estão diretamente relacionadas, posto que a instabilidade política e econômica do país gerava os fluxos migratórios que, por sua vez, “justificavam” as interferências externas mediante a tese de que as crises políticas haitianas “deixam de ser um assunto estritamente interno e se transformam em ameaça à paz e à segurança internacionais a partir do momento em que provocam ou ameaçam provocar um fluxo de *boat people*” (SEITENFUS, 2014: 108).

Outro período marcante foi a instauração da chamada “Papadocracia”, que perdurou de 1957 a 1986 com o governo de presidente vitalício do François Duvalier e a transmissão hereditária a seu filho, Jean Claude Duvalier. A “Era Duvalier” foi um período de intensos fluxos migratórios, tanto para os países onde as redes já estavam estabelecidas (República Dominicana, Cuba e outras ilhas do Caribe), quanto para novos receptores, como Estados Unidos, Guianas e Venezuela, provocados pelo regime de terror da temida milícia popular *Tontons-Macoutes* e pela grave crise econômica, quando o país foi incluído na lista dos países mais pobres do mundo (GRONDIN, 1985; SCARAMAL, 2006).

As dificuldades políticas e econômicas prosseguiram até que, em 2004, atendendo ao pedido do presidente interino, o Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. O Brasil recebeu o comando da Missão, após ter relutado em participar pelo fato de seu embasamento legal ser a imposição da paz por meio da intervenção militar. Apesar disto, a proposta estava de acordo com o interesse brasileiro em aumentar sua participação internacional para integrar permanentemente o CSNU, além de ser tentadora a possibilidade de exercitar a tropa em condições reais de ação, sem riscos ou perdas

humanas. Esta missão representou a maior participação das Forças Armadas do Brasil no exterior desde a Segunda Guerra Mundial, embora a hegemonia de militares em detrimento de civis logo evidenciaria o descompasso entre a proposta da missão e a realidade da crise haitiana. Enquanto isso, o exército brasileiro recusava-se ao emprego da tropa para ações de repressão, utilizando parte do contingente militar em obras sociais, que resultaram na pacificação de um perigoso bairro da região (CHAVES JR, 2008; SEITENFUS, 2014).

A proposta brasileira de utilizar os militares para outras finalidades que não a guerra foi totalmente rejeitada por outras tropas, além de provocar debates no CSNU, uma vez que alguns países condicionavam seu apoio ao enquadramento militar. Diante da situação insustentável, o general Heleno foi substituído pelo general Bacellar, mas este, sem alternativas para não trair aos princípios brasileiros, cometeu suicídio em janeiro de 2006. Após a trágica morte, René Preval foi eleito presidente do Haiti pela segunda vez, seguindo-se um período de calma e de crescimento constante da economia até o início das catástrofes ambientais que culminarão no ano de 2010 em um terremoto que deixou mais de 300 mil mortos e 1,5 milhões de desabrigados, além de comprometer quase 80% das construções, incluindo escolas, hospitais e prédios do governo (SEITENFUS, 2014).

A ajuda humanitária dirigiu-se imediatamente ao Haiti, porém, controlada pela ONU, seguiam a determinação de resgatar primeiro os estrangeiros presos nos escombros. Além disso, um dos poucos hospitais que não ruíram, o Hospital da Minustah, manteve-se com os portões fechados, cercado por militares que ameaçavam qualquer um que insistisse em se aproximar. Temendo uma revolta popular e desconfiados da capacidade de controle da ONU, os Estados Unidos assumiram abruptamente o comando da Minustah e militarizaram a ajuda humanitária. Mas, ao invés de revolta, o que seguiu foi a calma de um povo no qual 71% sobreviviam agora com menos de US\$ 2 por dia. A situação que já era insustentável tornara-se dramática (SEITENFUS, 2014).

Diante da crise instaurada, a Comunidade Internacional prometeu US\$ 11 bilhões a serem desembolsados em cinco anos para as organizações internacionais que atuavam no país. Porém, o Haiti é historicamente conhecido como um cemitério de projetos, devido a substituição do Estado pelas Ongats (Organizações Não Governamentais de Alcance Transnacional), com a consequente substituição do público pelo privado e do nacional pelo estrangeiro, aliada a exigência por resultados rápidos que gera falta de planejamento e especialistas contratados por um curto período de tempo intervindo a partir de critérios e interesses externos (GRONDIN, 1985; SEITENFUS, 2014).

Alguns meses depois do sismo, o Haiti foi assolado também pelos primeiros casos de cólera, de extrema violência e rápida disseminação. Um estudo concluiu ser o vibrião

o mesmo do Sudeste asiático e que foi a tropas nepalesas da Minustah que poluíram o rio Mye. Porém, a resistência por parte da ONU para assumir a responsabilidade pela epidemia gerou uma mobilização retraída de fundos e uma inadequada alocação de recursos, transformando a epidemia na mais mortífera dos últimos anos. Há estimativas de que 3,2 milhões de pessoas tenham sido infectadas, o que equivale a 30% da população haitiana, de modo que a erradicação é esperada apenas para 2022 (SEITENFUS, 2014).

A complicada situação da população continuou já que, em 2012, cerca de 400 mil haitianos ainda viviam em acampamentos de emergência, a maioria desempregadas, em um país com índice de 58% de desemprego. Além disso, a confirmação de alguns casos de abusos sexuais por parte dos soldados da MINUSTAH gerou revolta e manifestação nas ruas pedindo a retirada das tropas da ONU do país, que teve início gradual em 2013 e deverá ser concluída em 2016. Atualmente, o Haiti continua com sérios problemas em seus sistemas políticos e econômicos, governado por um presidente interino até que seja possível concluir seu processo eleitoral, suspenso por conta da violência e das já conhecidas fraudes (GLOBO, 2011, 2012, 2014, 2016b).

Diante do processo histórico acima descrito, algumas reflexões se fazem necessárias. Em primeiro lugar, cabe destacar o fato de que, embora formalmente o Haiti seja um Estado soberano, a extrema instabilidade social, o prejuízo de liberdades individuais por conta do convívio entre ditaduras e uma democracia instável e incipiente, e a consolidação da emigração como esperança de segurança e sobrevivência - atualmente $\frac{1}{4}$ da população, cerca de 2,5 milhões encontram-se fora de seu país, “retratam no campo simbólico, a fragilidade da idéia de Estado Nação” (CHAVES JR, 2008: 14).

Tal fragilidade estabeleceu-se ao longo da história devido as disputas entre mulatos e negros, urbanos e rurais, ricos e pobres. Além disso, as diferentes forças internas jamais objetivaram o desenvolvimento de um projeto compartilhado de nação, uma vez que a elite política (majoritariamente negra e da classe média) e a econômica (composta basicamente por mulatos e brancos) se mantiveram como grupos diametralmente contrários, situando em vários momentos o apoio externo como definidor dos possíveis caminhos para a organização do Estado (CHAVES JR, 2008).

Desta forma, Seitenfus (2014) defende que há uma atitude miserabilista imperando no país, além de um sentimento compartilhado entre as elites haitianas e a Comunidade Internacional de oposição à recuperação da soberania e independência do Haiti, de modo que os recursos da ajuda externa possam chegar “às mãos certas”. Tal situação tem como consequência direta a total incompatibilidade da ajuda oferecida pela maioria dos países

da Comunidade Internacional e a realidade da crise haitiana, de modo que os abusos cometidos e os inúmeros projetos falidos só tem retirado ainda mais a centralidade do governo e da sociedade haitiana na gestão da crise, condição obrigatória para que o Haiti consiga superar esse ciclo vicioso secular.

A escolha do Brasil como destino

Neste complicado contexto, o estabelecimento do fluxo migratório para o Brasil pode ser explicado por uma série de fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, é importante destacar a emergência da crise econômica global que afetou a América do Norte e a Europa a partir de 2008 e que impossibilitou os fluxos migratórios tradicionais devido ao fechamento rigoroso das fronteiras (COSTA, 2016). Em segundo lugar, a liderança na Minustah e as ações dos militares brasileiros focadas no desenvolvimento de obras sociais fizeram com que o Brasil passasse a ocupar um espaço cada vez maior no imaginário social do povo haitiano, aprofundando uma “simpatia” iniciada em 2004 com a realização do “Jogo da Paz” entre a seleção brasileira de futebol e o selecionado local. Além disso, a promessa de boa acolhida e o despontamento do Brasil como potência econômica alimentou o imaginário dos haitianos a respeito do Brasil como um “país de oportunidades” (COSTA, 2015).

Porém, como afirma Costa (2016), existe uma grande distância entre dizer que os haitianos eram bem-vindos e as políticas que expressariam de fato essas boas vindas. A primeira contradição aparece no fato do Brasil exigir o visto para entrar no país, mas não o conceder no consulado do Haiti, o que levou a 90% do contingente migratório entrar “pela porta dos fundos”. Seguiam as rotas já conhecidas, que incluem Panamá, Equador, Peru e a entrada no Brasil pelas cidades de Tabatinga (Amazonas) e Basiléia (Acre). Essa rota, “marcada pelo sofrimento, pela fome, pela privação, pelos perigos, pela espoliação por parte dos atravessadores, coyotes e grupos policiais” (COSTA, 2016: 13), tinha uma duração inicial de 120 dias, sendo reduzida posteriormente para 15 dias. Após a chegada à fronteira brasileira, os haitianos solicitavam refúgio, permitindo a obtenção de carteira de trabalho e CPF provisórios, enquanto sua solicitação era analisada pelo Conare (Comitê Nacional para os Refugiados).

O Conare foi criado pela Lei 9.474/97, que estabelece o Estatuto do Refugiado e define como necessário para caracterizar o refúgio a presença de fundados temores de perseguição ou grave e generalizada violação de direitos humanos. Por não abranger

questões ambientais, os migrantes haitianos não foram enquadrados como refugiados, o que levaria a uma permanência irregular dos mesmos no Brasil, já que, com base no princípio da proibição da devolução ou non-refoulement, presente na Lei nº 9.474/97 e nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, este não poderia expulsá-los ou deportá-los ao território no qual sua vida ou liberdade esteja ameaçada (RAMOS, 2011).

Para evitar tal situação e lidar com o número cada vez maior de imigrantes haitianos que aguardavam nas cidades fronteiriças, o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) concedeu visto de permanência por razões humanitárias por meio da Resolução Normativa nº 27, que julga as situações especiais e os casos omissos (RAMOS, 2011). Entretanto, esse processo era muito demorado e gerou um acúmulo de imigrantes em determinadas cidades (em Tabatinga, entre o final de 2011 e o início de 2012, cerca de 1.500 haitianos esperavam o visto). Enquanto aguardavam, os haitianos puderam contar somente com uma rede de solidariedade que se formou entre as igrejas, algumas organizações e a sociedade civil, destacando a quase ausência dos governos municipais e estaduais, que culpabilizavam o governo federal pela “invasão haitiana” (COSTA, 2016).

Diante do caos instaurado, o governo federal brasileiro concedeu, em janeiro de 2012, por meio da Resolução Normativa nº 97 do CNIg, visto humanitário permanente pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos. Este visto seria retirado no consulado brasileiro em Porto Príncipe, no Haiti, havendo um limite de 1.200 vistos por ano. Esse número, porém, não conseguiu atender a demanda crescente e, ao final de 2012, voltou-se a observar a situação de quase calamidade pública nas cidades fronteiriças. Para contornar a situação, o governo retirou a limitação do número de vistos por meio da RN nº 102, em abril de 2013, e estendeu a concessão para os consulados brasileiros em países como Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana (FERNANDES, 2014). Em 2015, essa alteração gerou uma queda de 96% no número de haitianos que entraram no Brasil via estado do Acre, uma vez que passaram a viajar diretamente para as principais capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro (Globo, 2016a). A RN nº 97, que a princípio tinha vigência de dois anos, já foi prorrogada por duas vezes, sendo estendida até outubro de 2016.

Conclui-se, portanto, que entre o país idealizado e a realidade houve uma grande distância, uma vez que o compromisso de não-devolução e o fornecimento de documentos básicos estão muito aquém das necessidades fundamentais desses sujeitos, que inicialmente somavam pouco mais de 100 imigrantes e no final do ano de 2015 já representariam cerca de 70 mil pessoas (BRASIL, 2015). De acordo com Fernandes (2014), os migrantes

haitianos que vieram ao Brasil são em sua grande maioria do sexo masculino, em idade ativa, com escolaridade entre o primeiro e o segundo grau incompleto e estabeleceram residência principalmente em São Paulo e Manaus em busca de trabalho e de “uma vida melhor”.

Aprofundando a questão: o caso de Cajamar

De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (2016), Cajamar é um município pertencente a sub-região norte da RMSP - Região Metropolitana de São Paulo, com população estimada para 2016 de 72.289 habitantes, distribuída em uma área territorial de 131.386 Km² e divididos em três distritos: Cajamar (centro), Jordanésia e Polvilho.

A história da cidade está diretamente relacionada à implantação da indústria canadense Companhia Brasileira de Cimento Portland, na década de 1920, no distrito de Perus, ao lado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Os trabalhadores da fábrica e das minas residiam no distrito de Água Fria, pertencente ao município de Santana de Parnaíba. Em 30 de novembro de 1944, por meio do Decreto-Lei nº 14.344, o distrito recebeu o nome de Cajamar e em 1º de janeiro de 1960 tornou-se oficialmente município. Durante anos, a estrada de ferro que ligava Cajamar a Perus foi o único meio de transporte para os operários que residiam fora da cidade, embora a exploração de minério tenha dado origem aos primeiros núcleos habitacionais de Cajamar, compostos pelas vilas operárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, 2015). Atualmente, tanto as indústrias como os serviços distributivos (em particular comércio atacadista e varejista, serviços de transporte, armazenagem e correio) concentram-se ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e do Rodoanel Mário Covas (GASPAR; APARÍCIO; BESSA, 2015).

As mudanças observadas na dinâmica demográfica do município de Cajamar seguiram o padrão observado nas demais regiões metropolitanas brasileiras ao longo das últimas décadas e referiram-se, sobretudo, a alterações na composição e organização interna dos grupos familiares. Nos anos 50, a política de substituição de importações associou-se a uma enorme migração rural urbana (estima-se que entre 1940 e 1980 saíram de zonas rurais cerca de 40 milhões de pessoas), que foi concentrar-se preferencialmente em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, como os postos de trabalho gerados foram geralmente pouco qualificados, a falta de política de moradia, aliada aos elevados preços da terra, forçaram os migrantes a fixar residência nas franjas metropolitanas

(BÓGUS, PASTERNAK, 2015). Assim, constata-se que a grande maioria dos moradores de Cajamar são migrantes internos, embora atualmente o município venha recebendo um número considerável de bolivianos e haitianos em busca de trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, 2015).

Segundo Bógus e Pasternak (2015), Cajamar é apontada como um dos municípios com alto nível de integração da RMSP, que apresentou uma das maiores taxas metropolitanas de crescimento em densidade demográfica entre os anos 90 e 2010. Arelada a esta constatação, as autoras identificaram que, em 2010, Cajamar apresentava um quadro crítico, assim como outros municípios da RMSP, relacionado ao nível de escolarização dos chefes de domicílio, dos quais mais da metade continua sem instrução ou apenas com ensino fundamental incompleto.

A partir deste panorama, a realização de entrevistas com quatro diretores de colégios, moradores locais e dois haitianos que vivem na região – que serão aqui chamados de R. e J., possibilitou traçar um panorama no que tange a especificidade do estabelecimento do fluxo de haitianos para esta cidade, bem como compreender a vivência e a convivência dos imigrantes com os demais.

Em relação a escolha da cidade de Cajamar, todos foram unânimes em dizer que ela se deu por conta das oportunidades de trabalho. Desta forma, os primeiros haitianos a se estabelecer no local foram atraídos pela ação do recrutamento de grandes empresas, que ofereceram moradia e alimentação em troca dos serviços prestados. Não obstante, conforme explicita Sassen (2010: 125) “os imigrantes têm uma longa história de serem contratados para fazer trabalhos mal-remunerados, que exigem pouca formação educacional e que normalmente estão situados nos setores menos avançados”. No caso dos haitianos em Cajamar isso não foi diferente, uma vez que se encontram trabalhando como ajudantes de pedreiros, em frigoríficos, postos de gasolina ou indústrias, embora J. tenha conseguido abrir seu próprio negócio, atuando no mesmo setor que atuava anteriormente no Haiti. Vale ressaltar que os entrevistados se enquadram no perfil de imigrantes haitianos anteriormente descrito, ou seja, estão em idade ativa (de 31 a 40 anos) e possuem escolaridade entre o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto, embora tenham tido facilidade com a língua portuguesa por já dominar o idioma espanhol.

Outra característica marcante nos imigrantes haitianos é a constituição de fortes redes sociais, que minimizam os custos e os riscos do movimento migratório, fazendo com que tais movimentos se tornem independentes dos fatores que os originaram e se

autoperpetuem, até que o país de origem atinja um certo desenvolvimento (SANTOS et al., 2010). Esse cenário fica claro com os dois entrevistados, pois enquanto R. chegou até Cajamar por meio do recrutamento de uma empresa, J. escolheu o destino devido a existência de um amigo já instalado (anteriormente recrutado por uma empresa), que lhe ajudou até que ele pudesse se estabelecer e, atualmente, atuar como receptor de familiares e amigos.

Além disso, tais redes trazem à tona a noção de pertencimento e a busca incessante de manter vivos aspectos de sua cultura como forma de afirmação e resistência à assimilação, perante as novas determinações à que são expostos. Remetem, igualmente, a ideia de fortalecimento do “grupo oprimido”, que se une em torno de objetivos comuns para fazer frente as políticas de identidade dominantes, de modo a criar e a fortalecer uma identidade coletiva positiva, que possa ser aceita e reconhecida pelo entorno (CIAMPA, 2002). Em Cajamar, as igrejas têm atuado como espaços de encontros e fortalecimento dessas redes, tanto a católica com sua atuação no ensino da língua portuguesa, quanto as evangélicas, muitas inclusive com pastores haitianos e cultos dedicados exclusivamente a eles.

Posto isto, torna-se necessária a discussão da temporalidade ou permanência da imigração, pois “se por um lado, esse conceito é lido como algo intrinsecamente temporário, por outro a condição permanente do *status* de migrante, mesmo que indizível serve para qualificar a migração” (CHAVES JR, 2008: 39). Assim, os entrevistados possibilitam pensar os diferentes lados dessa questão, uma vez que antes de chegar ao Brasil passaram por diversos países “temporariamente” e enquanto R. permaneceu apenas poucos dias em cada um por “falta de adaptação”, J. morou por quatro anos na França até ser deportado (tendo sido obrigado a deixar para trás esposa e filho). Tais diferenciais relacionam-se diretamente com os planos de permanecer ou não no Brasil, ou seja, de fazer da atual estadia uma morada permanente ou transitória. Enquanto R. encontrou no Brasil uma nova casa, desejando permanecer e trazer a família que ainda vive no Haiti, J. explicita um grande desejo de que seu país se restabeleça para que possa voltar ou, se não for possível, tentar entrar nos Estados Unidos (onde possui uma rede de familiares e amigos já estabelecidos).

Pode-se dizer que tais projetos de vida estão diretamente relacionados às vivências de cada um e, sobretudo, ao sentido atribuído a elas. R. não conseguia trabalho no Haiti para manter os custos da família e, há muito, plantava para conseguir comer. Esse quadro faz com que sua experiência no Brasil venha sendo reconhecida positivamente tanto

por ele quanto pelos familiares, embora tenha realizado o difícil percurso pelo Acre, ainda resida “de favor” na casa do pastor da igreja que frequenta e já tenha vivenciado experiências de abusos (como quando descreve que não recebeu nada por seu primeiro trabalho). Vale ressaltar que tal episódio não foi encarado por R. como algum tipo de preconceito ou discriminação pelo fato de ser imigrante haitiano, expressando que foi bem acolhido por todos os brasileiros e que sua adaptação foi muito tranquila.

Enquanto isso, J. possuía uma vida mais estabelecida no Haiti, com negócio e carro próprios, mas foi duramente afetado pelo terremoto, relatando não ser mais possível se manter no país. Descreve que, assim como muitos haitianos, conhecia o Brasil apenas pelo futebol, sem nunca ter imaginado morar aqui, possibilidade que se tornou real com a facilidade de retirada do visto (J. tirou o visto no Haiti e viajou de avião para São Paulo). Suas vivências anteriores em outros países bem como a experiência de ser deportado também influenciam em sua percepção dos três anos vividos no Brasil, descrevendo com extremo pesar a discriminação e o preconceito sofridos pelos haitianos, seja por parte dos olhares diferenciados, seja por parte dos empregadores que não contratam estrangeiros ou que não pagam pelos serviços prestados. Diz sentir “*muita raiva*” com essa discriminação, pois “*os haitianos não entram para bagunçar ou ser criminoso, só para trabalhar*” (sic).

Nesse sentido, Mármora (2001) destaca que houve uma mudança na percepção da imigração de “contribuição para o desenvolvimento” para uma visão negativa de “problema social”, em termos de deslocamento da mão de obra nativa, aumento da criminalidade, sobrecarga dos já precários serviços de educação e saúde e contágio de doenças (o Haiti é frequentemente associado, tanto pela mídia quanto pela população em geral, à cólera e a Aids, assim como os africanos são associados ao ebola, de modo que é comum que ambos sejam generalizados e estereotipados por conta da cor da pele).

Essas questões levantam a necessidade de compreender as políticas de identidade do grupo dominante e seus efeitos sobre a construção da identidade coletiva discriminada ou marginalizada (CIAMPA, 2002). No caso dos imigrantes, tal relação dialética implica o conhecimento das políticas de identidade que pregam a identidade nacional ou o chamado nacionalismo, sendo a primeira considerada uma identidade coletiva fundada a partir da autoridade do Estado Nação em detrimento da solidariedade e o segundo calcado nas ideias de caráter étnico ou comunidade étnica. “Nesse contexto as minorias são vistas como obstáculos para a nação. O nacionalismo constrói a ideia de totalidade: um povo, uma nação, uma cultura, uma língua” (SANTOS, 2010: 31).

Esse cenário se torna ainda mais evidente em um momento de crise como a que o Brasil passa atualmente, no qual a competição se torna mais acirrada e perigosa

(como no caso dos haitianos que foram baleados em São Paulo com chumbinho³). Tal pensamento traz à tona a dialética entre igualdade de fato e de direito, pois quando não se estabelece o consenso nas rotinas cotidianas, a regulamentação consensual passa a ser feita via moral e direito, de modo que as leis “supram” de alguma forma a ausência da igualdade nas relações (HABERMAS, 1979). No caso dos imigrantes haitianos no Brasil, a situação se torna mais complexa diante da constatação que ambos estão ausentes, ou seja, os imigrantes não são considerados “iguais” aos nacionais nem nas leis e muito menos nas relações, uma influenciando a outra dialeticamente, o que explicaria o atraso de 36 anos na lei migratória atualmente vigente (Estatuto do Estrangeiro, reformulado em 1980) e os resquícios altamente presentes do paradigma de seguridade nacional em todas as tentativas de reforma de tal lei, embora o discurso político seja baseado nos Direitos Humanos, “vendendo” a imagem de um país aberto e acolhedor.

Não obstante, parece que tais descrições não se aplicam as crianças de Cajamar, uma vez que os diretores das escolas entrevistadas afirmaram não haver qualquer diferenciação ou preconceito das demais crianças para com os imigrantes, que inclusive não tinham dificuldades de se comunicar pois já dominavam perfeitamente o português. Os diretores relataram ainda que por parte dos professores também não havia estranhamento, já que eles estavam habituados a lidar com a diversidade, como os alunos de inclusão. A maior dificuldade estava na comunicação com os pais, de modo que as próprias crianças haitianas ou pais que tinham maior domínio do português tinham que atuar como intérpretes para àqueles que não falavam absolutamente nada da língua. Outra questão levantada refere-se as transferências contínuas das crianças haitianas entre as escolas da região, uma vez que os pais mudam de residência de acordo com o trabalho, e isso acaba por dificultar uma integração mais profunda.

Considerações finais

Diante do objetivo de compreender o processo migratório de haitianos para o Brasil e, mais especificamente, para a cidade de Cajamar, foi possível captar que a sociedade haitiana estabeleceu a imigração como uma opção identitária, consolidada culturalmente no país como alternativa para enfrentar as dificuldades políticas, econômicas e ambientais que assolam o país desde a sua criação e que se agravaram após o terremoto. Assim, o processo migratório é percebido por muitos haitianos como uma forma de buscar a concretização de suas possibilidades enquanto ser humano, “que sempre se dá como

³ SECRETARIA DE SAÚDE DIZ QUE HAITIANOS FORAM BALEADOS COM CHUMBINHO (2015). Folha Online, São Paulo, 10 ago. 2015. Cotidiano.

superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades” (CIAMPA, 1997: 1).

Não obstante, ao chegar ao Brasil muitas possibilidades – e impossibilidades – tornam-se visíveis ao imigrante haitiano, que se iguala a todos os milhares de haitianos que vieram para o país e precisa novamente se diferenciar para ser reconhecido pelo outro. Tal reconhecimento pode ocorrer de forma perversa, a partir da identidade pressuposta e estereotipada do sujeito (como quando a sociedade associa os imigrantes à criminosos ou às doenças presentes em seus países de origem) ou ocorrer pela diferença, considerando o imigrante haitiano enquanto indivíduo e, portanto, possuidor de uma história única. Além disso, a precariedade da lei brasileira e a ausência de uma integração de fato desses imigrantes (que vai muito além de fornecer documentos básicos) faz com que muitos haitianos se sujeitem a trabalhos desumanos, em condições quase escravas, e outros tantos vão embora, justamente porque se sentiram impedidos pelo sistema de se desenvolver e partem em busca de um lugar onde isso seja possível (como os milhares de haitianos que deixaram o Brasil rumo ao Chile⁴ ou os amigos dos entrevistados que partiram também rumo a Argentina e Guiana Francesa).

Outros haitianos conseguem superar as contradições impostas e construir novas formas de se relacionar com o mundo, utilizando as situações de desrespeito vivenciadas como incentivo para uma ação que desenvolva um nível de reconhecimento mútuo superior (como os imigrantes que estão se organizando em movimentos sociais e têm lutado pela garantia e ampliação de seus direitos). Em Cajamar, as redes sociais têm papel fundamental nesse enfrentamento, pois além de atuar no apoio a necessidades como moradia, comunicação e emprego, possibilitam uma maior resistência frente às situações de preconceito e discriminação, buscando construir uma identidade coletiva forte e positiva, que seja reconhecida pelos demais e substitua a imagem estereotipada de “imigrante invasor” ou “imigrante indesejado”.

Nesse sentido, é possível acreditar – e lutar – pela construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, na qual a imigração deixe de ser considerada uma “invasão indesejada” para ser considerada uma oportunidade única de entrar em contato com uma diversidade cultural tão grande quanto os inúmeros grupos presentes no Brasil. Assim, como conclui Ciampa (2004: 396), “respeitar a alteridade, o que, pela reciprocidade, implica respeitar a identidade de cada um e de todos”.

⁴ SANT’ANNA, Emilio; PRADO, Avenir (2016). “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile”. Folha Online, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano.

Referências bibliográficas

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (2015). “São Paulo na transição demográfica”. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital.

BRASIL (2015). Ministério da Justiça. “Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos”. Notícias. Brasília, 11 de novembro de 2015. <http://www.justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>. (consultado em 14/05/2016).

CASTRO, Mary Garcia (2001). “Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais”. In: Migrações internacionais: Contribuições para políticas. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento).

CAVALCANTI, Leonardo (2015). “Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências”. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (orgs.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília.

CHAVES JR, Elizeu de Oliveira (2008). Um olhar sobre o Haiti - Refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora.

CIAMPA, Antonio da Costa (2004). “Fundamentalismo: a recusa do fundamental”. In: PINTO, Elisabete; ALMEIDA, Ivan (orgs.). Religiões – Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras.

_____ (1997). As metamorfoses da ‘metamorfose humana’: uma utopia emancipatória ainda é possível hoje? Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no mundo contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da SIP. (mimeo)

_____ (2002). “Políticas de Identidade e Identidades Políticas”. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (orgs.). Uma psicologia que se interroga – ensaios. São Paulo: Edicon.

COSTA, Gelmino (2015). “Haitianos no Brasil”. In: CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos; BÓGUS, Lucia Maria Machado (orgs.). Migração, trabalho e cidadania. São Paulo: EDUC.

_____ (2016). Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010 – 2014: presença da Pastoral do Migrante. Cadernos de Migração, n. 8. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios (CEM).

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI (2013). “Haiti at a glance”. <http://www.haiti.org/haiti-at-a-glance/>. (consultado em 16/02/2016).

FERNANDES, Duval (coord.) (2014). “Projeto ‘Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral’”. Belo Horizonte: MTE, OIM, PUC Minas, Gedep. <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014AE84BF2956CB6/>

Pesquisa%20do%20Projeto%20%E2%80%9CEstudos%20sobre%20a%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20ao%20Brasil%20e%20

Di%C3%A1logo%20Bilateral%E2%80%9D.pdf. (consultado em 23/04/2015).

FOLHA DE SÃO PAULO (2012). “Vinda de haitianos é maior onda migratória ao país em cem anos”. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1033447-vinda-de-haitianos-e-maior-onda-imigratoria-ao-pais-em-cem-anos.shtml>. (consultado em 23/04/2015).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE (2016). “Projeções populacionais”. <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. (consultado em 11/06/2016).

GASPAR, Ricardo Carlos; APARÍCIO, Cimar Alejandro Prieto; BESSA, Vagner de Carvalho (2015). “A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital.

GLOBO (2011). “Polícia enfrenta manifestantes contrários à ONU no Haiti”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/policia-enfrenta-manifestantes-contrarios-onu-no-haiti.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2012). “Três anos após terremoto, 360 mil haitianos ainda vivem em barracas”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/tres-anos-apos-terremoto-360-mil-haitianos-ainda-vivem-em-barracas.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2014). “Operação militar no Haiti custa R\$ 1,3 bi em 10 anos”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/operacao-militar-no-haiti-custa-r-13-bi-em-10-anos.html>. (consultado em 21/02/2016).

_____ (2016a). “Nº de haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses”. <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses.html>. (consultado em 14/05/2016).

_____ (2016b). “Grupo de apoio ao Haiti saúda eleição de presidente interino”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/grupo-de-apoio-ao-haiti-sauda-eleicao-de-presidente-interino.html>. (consultado em 21/02/2016).

GRONDIN, Marcelo (1985). Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense.

HABERMAS, Jürgen (1976). Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM (2000). “World Migration Report 2000”. http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2000_edited.pdf. (consultado em 19/09/2015).

_____ (2015). “World Migration Report 2015 – Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility”. http://publications.iom.int/es/system/files/wmr2015_en.pdf. (consultado em 14/05/2016).

MÁRMORA, Lélío (2001). “Políticas de migraciones en América Latina: las respuestas gubernamentales y de la sociedad civil en la década de los ‘90”. In: Migrações internacionais: Contribuições para políticas. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento).

MENEZES, Marilda Aparecida de (2012). “Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos”. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (orgs.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura acadêmica editora.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa (2009). São Paulo: Editora Melhoramentos. Dicionário Online. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. (consultado em 19/09/2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR (2015). Lei nº 1631, de 18 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do plano municipal de educação do município de Cajamar, para o período de 2015 a 2025 e dá outras providências. <http://www.cajamar.sp.gov.br/v2/arquivos/basedeleis/Lei%201631-15.pdf>. (consultado em 10/06/2016).

RAMOS, André de Carvalho (2011). “Asilo e Refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas”. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (orgs.). 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro. São Paulo: Editora CLA Cultural. http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf?view=1. (consultado em 05/09/2015).

SANT’ANNA, Emilio; PRADO, Avenir (2016). “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile”. Folha Online, Chile, 08 maio 2016. Cotidiano. <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>. (consultado em 26/05/2016).

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge (2010). “Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias”. Texto para discussão n.398 - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>. (consultado em 05/09/2015).

SANTOS, Miriam de Oliveira (2010). “A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios”. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, ano XVIII, n. 34. <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/207>. (consultado em 27/03/2016).

SASSEN, Saskia (2010). Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed.

SAYAD, Abdelmalek (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira (2006). Haiti: fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Canône Editorial.

SECRETARIA DE SAÚDE DIZ QUE HAITIANOS FORAM BALEADOS COM CHUMBINHO (2015). Folha Online, São Paulo, 10 ago. 2015. Cotidiano. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1666944-secretaria-de-saude-diz-que>

-haitianos-foram-baleados-com-chumbinho.shtml. (consultado em 26/05/2016).

SEITENFUS, Ricardo (2014). Haiti: dilemas e fracassos internacionais. Ijuí: Ed. Unijuí.

ZAMBERLAM, Jurandir (2004). “O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização”. Porto Alegre: Pallotti. http://www.cibaimigracoes.com.br/arquivos/o_processo_migratorio_no_brasil.pdf. (consultado em 05/09/2015).